

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
Capítulo 1	11
1 Da Propriedade Privada: Origem, Evolução e Influências.....	11
1.1 Origem e evolução do instituto da propriedade privada – da Antiguidade à Revolução Francesa.....	18
1.2 Do momento histórico posterior à Revolução Francesa – da doutrina do Direito Social.....	32
1.3 A influência da doutrina social sobre o direito de propriedade. Da função social da propriedade.....	39
1.3.1 Do pensamento de León Duguit.....	52
1.4 A função social da propriedade no Direito brasileiro.....	58
Capítulo 2	71
2 Do IPTU: Origem, Evolução e Previsão Constitucional e Legal.....	71
2.1 Origens e evolução do IPTU.....	71
2.2 O IPTU no Brasil hoje – principais características.....	74
2.3 O IPTU e a função social da propriedade.....	80
2.3.1 O tema na Constituição Federal de 1988.....	85
2.3.1.1 Existência de propriedade urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada.....	92
2.3.1.2 Existência de plano diretor, o qual deve indicar as áreas de relevante interesse para o Município.....	93
2.3.1.3 Existência de lei municipal específica delimitando, dentre as indicadas pelo plano diretor, as áreas sujeitas à obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e, conseqüentemente, à tributação progressiva....	101
2.3.1.4 Adequação da norma local à federal.....	103
2.3.1.5 Sucessividade na aplicação das sanções.....	108
2.3.2 O tema no Estatuto da Cidade.....	109
2.3.2.1 Parcelamento ou edificação compulsórios.....	111

2.3.2.2 IPTU progressivo no tempo	117
2.3.2.3 Da desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.....	123
Capítulo 3	129
3 Da Análise da Legislação Sobre IPTU Progressivo no Tempo do Município de Sobral-CE: Debate Constitucional.....	129
3.1 Do regramento do IPTU progressivo no tempo em razão do descumprimento da função social da propriedade na legislação do município de Sobral-CE	130
3.2 Da confrontação da legislação municipal com os requisitos constitucionais.....	137
3.2.1 Existência de propriedade urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada.....	141
3.2.2 Existência de plano diretor, o qual deve indicar as áreas de relevante interesse para o Município	142
3.2.3 Existência de lei municipal específica delimitando, dentre as indicadas pelo plano diretor, as áreas sujeitas à obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórias e, conseqüentemente, à tributação progressiva	143
3.2.4 Adequação da norma local à federal.....	145
3.2.5 Sucessividade na aplicação das sanções	149
3.3 Da ofensa ao princípio da isonomia	152
3.4 Da ofensa ao princípio da vedação ao confisco.....	161
Conclusão	171
Referências	177